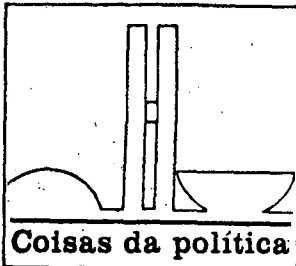


Ainda sobrevive a tese da prorrogação

A fórmula sobrevive apenas para efeito de reserva estratégica na falta de outra melhor. Mas não é à toa que os Ministros César Cals e Ibrahim Abi-Ackel, sobretudo este último, atiram-se a ela, de quando em vez, com bastante determinação. O Ministro



Coisas da política

da Justiça chega mesmo, nas conversas mais profundas com seus habituais interlocutores da política mineira, a afirmar que fora da prorrogação do mandato do Presidente João Figueiredo, se persistir o impasse político gerado pela sucessão, serão poucas as saídas racionais.

Abi-Ackel teme, em última instância, segundo dois parlamentares do velho PSD de Minas que trocam confidências políticas no Ministério da Justiça com bastante frequência, que o Colégio Eleitoral, por falta de regulamentação em tempo útil, seja declarado caduco. Alternativa que deixaria o País, então, no dia 15 de janeiro de 1985 — data das eleições indiretas —, sem condições de operar o processo constitucional da substituição do Presidente da República.

Sabe o Ministro da Justiça — e disso ele não tem feito segredo a todos quantos o procuram para conversar — que a idéia da implosão do Colégio Eleitoral, acalentada pelas oposições, desejosas de ver o futuro Presiden-

te eleito apenas pelo Congresso Nacional, receberá em hora oportuna uma reação violenta dos candidatos pedessistas Paulo Maluf e Mário Andreazza. Unidos, o ex-Governador paulista e o Ministro do Interior têm força suficiente para evitar a alteração do Colégio e com ela a cassação dos deputados estaduais — seis por Assembleia — que a emenda constitucional nº 22 transformou em eleitores privilegiados do pleito destinado a eleger o sucessor de Figueiredo.

A políticos das oposições, sobretudo pemedebistas de uma vertente paulista, junto aos quais tem um bom acesso, o Ministro da Justiça tem alertado, dentro do possível, para os riscos de mais um novo e sério impasse constitucional, se falharem todas as fórmulas previstas nos entendimentos que se desenrolam, neste momento, entre partidos, em áreas do Congresso. Nessas ocasiões, Abi-Ackel aborda, então, a tese da prorrogação do mandato do Presidente João Figueiredo, sem encontrar, manda a verdade que se diga, maiores reações.

Sem a mesma desenvoltura de Abi-Ackel, desde que se vinculou oficialmente à candidatura Andreazza, o Ministro das Minas e Energia, César Cals, também vem se encarregando de manter viva a chama prorrogacionista. Uma idéia que teve a sua paternidade, em meados de 1983, quando o Deputado José Camargo (PDS-SP) foi estimulado a propor, através de emenda à Constituição, a prorrogação do mandato do Presidente. Em conversa recente com o Deputado Léo Simões (PDS-RJ), a quem fez uma visita que não foi, em absoluto, para falar de flores, o Ministro das Minas e Energia revelou que havia

procurado os principais Governadores do PMDB para abordar a tese da prorrogação, que seria deflagrada somente em caso extremo, sem recolher de nenhum deles uma desaprovação tácita.

No Palácio do Planalto, conforme deduziram alguns dos interlocutores do Ministro Ibrahim Abi-Ackel, nos últimos dias, existem muitos auxiliares diretos do Presidente da República dispostos também a evitar que a tese da prorrogação caia no esquecimento. Uma tese, aliás, que o próprio líder do Governo, Nelson Marchezan, descarta para efeito externo, mas que não deixa de considerar, em análises mais discretas sobre a sucessão, feitas normalmente para seus fiéis aliados. O Deputado Hamilton Xavier, um pedessista do Estado do Rio, já ouviu, por exemplo, de Marchezan, numa tarde em que condenava qualquer ação política fadada a desembocar num período de Governo inferior a quatro anos, que o instituto da prorrogação não devia ser confundido com o do mandato-tampão.

Embora já tenha afirmado que apoiará a tese da prorrogação do mandato de Figueiredo, se souber que o Presidente a deseja, o Ministro Mário Andreazza começou de maneira cautelosa, esta semana, no Rio, a arregimentar todos os seus adeptos para o que chama de cruzada contra toda e qualquer tentativa de inviabilização da convenção nacional do PDS e do Colégio Eleitoral. Esse movimento vem mobilizando também os aliados do Deputado Paulo Maluf e serve, assim, para estreitar ainda mais, pelas bases, a união das duas

candidaturas que disputam com maior disposição as preferências dos convencionais pedessistas.

Três líderes do PDS fluminense, pelo menos, que passaram nas últimas horas pelo Hotel Glória, onde Andreazza montou o seu QG de campanha, sentiram que o Ministro do Interior teme pelo aprofundamento das divergências entre Governo e oposições. Afinal, os fantasmas da crise não apontam somente na direção da prorrogação do mandato do Presidente João Figueiredo. Eles também se divertem com a hipótese de uma candidatura militar, que os setores mais duros do sistema revolucionário de poder costumam defender em períodos mais agudos de impasse.

Torcem os fantasmas, enfim, para que as divergências entre partidos e entre líderes empenhados no encaminhamento da presente questão sucessória cresçam de intensidade e se prolonguem até fins de agosto. Situação que preocupa bastante ao Ministro Mário Andreazza e que o leva a propor, como únicos instrumentos capazes de exorcizar os demônios que geram as crises políticas de proporções imprevisíveis, uma união desesperada de todos os segmentos responsáveis do PDS em torno das convenções partidárias de setembro e do Colégio Eleitoral.

ROGÉRIO COELHO NETO

Subeditor de Política do JORNAL DO BRASIL